

Das lógicas de dominação dos Outros aos processos de (re) existência: a educação como movimento cultural emancipatório na região Sudeste do Pará

From the logic of domination of Others to the processes of (re) existence: education as an emancipatory cultural movement in the southeastern region of Pará

DOI:10.34117/bjdv6n6-535

Recebimento dos originais:10/05/2020

Aceitação para publicação:24/06/2020

Anastacia Pavão Oliveira

Mestranda em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia

Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Endereço: Avenida J com a Avenida dos Ipês, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, - Rodovia BR 230, Km 08 – Marabá- PA

CEP: 68500-000

E-mail: anastaciapavao@hotmail.com

Hiran de Moura Possas

Doutor em Comunicação e Semiótica (PUC/SP)

Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Endereço: Avenida J com a Avenida dos Ipês, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, - Rodovia BR 230, Km 08 – Marabá- PA

CEP: 68500-000

E-mail: hiranpossas@unifesspa.edu.br

Cristiano Bento da Silva

Doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Pará

Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Endereço: s/n, R. Constantino Viana - Centro, São Félix do Xingu – PA

CEP: 68380-000

Andréa Hentz de Mello

Doutora em Ciência do Solo na Universidade Federal de Santa Maria

Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Endereço: Avenida J com a Avenida dos Ipês, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, - Rodovia BR 230, Km 08 – Marabá- PA

CEP: 68500-000

E-mail:andreahez@unifesspa.edu.br

Marília Amaro Correia

Mestranda em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia

Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Endereço: Avenida J com a Avenida dos Ipês, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, - Rodovia BR 230, Km 08 – Marabá- PA
CEP: 68500-000
E-mail: marilia.amaro41@gmail.com

Ana Lenira Nunes Cysne de Souza

Mestranda em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia
Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Endereço: Avenida J com a Avenida dos Ipês, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, - Rodovia BR 230, Km 08 – Marabá- PA
CEP: 68500-000
E-mail: analenira@unifesspa.edu.br

Priscila Dias Pinto

Mestranda em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia
Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Endereço: Avenida J com a Avenida dos Ipês, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, - Rodovia BR 230, Km 08 – Marabá- PA
CEP: 68500-000
E-mail: prisciladiaspinto@yahoo.com.br

Adelaide Severino do Nascimento Lima

Mestranda em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia
Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Endereço: Avenida J com a Avenida dos Ipês, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, - Rodovia BR 230, Km 08 – Marabá- PA
CEP: 68500-000
E-mail: adelaidenascimento@unifesspa.edu.br

RESUMO

O artigo aborda os processos históricos de dominação e (re) existência na região sudeste do estado do Pará. Particularmente, e dentro desse escopo, atem-se à construção das relações sociais entre os indivíduos e grupos que conformaram – e conformam – esse território, assim como à relação deste indivíduos e grupos sociais com o seu meio biofísico/natureza. O objetivo é estudar e analisar as dinâmicas socioculturais que encaminham práticas de uso e de significação da natureza, e da vida, mas também refletir sobre as propostas de educação emancipatória em curso, na conformação da mesorregião sudeste do Pará. Para tanto, a metodologia adotada apoiou-se em referenciais teóricos de concepções como: Culturas e Natureza, Diversidade, Identificações, Diásporas e Hibridismo Cultural. Percebe-se, ao longo da história dos povos e comunidades que viviam – e vivem – na mesorregião, que a dominação através de práticas de coerção do corpo e da natureza foi – e ainda é – um expediente adotado para cumprir as propostas de desenvolvimento exógenas pensadas para este território, e sua gente. Por outro lado, podemos ver que os indivíduos/grupos sociais não se comportam como meras vítimas testemunhais da história. Ao contrário, há respostas assentadas nas lutas dos movimentos sociais, que representam experiências pedagógicas emancipatórias, e reafirmam a diversidade de traços culturais existente no território.

Palavras-chave: Amazônia, Dinâmicas socioculturais e territoriais, Educação libertadora, Estudos culturais.

ABSTRACT

From an analysis that historically addresses the use of natural resources and the relationships between individuals guided by the logic of domination and subordination, this article aims to discuss the socio-cultural dynamics and the use of nature in the process of formation and consolidation of the mesoregion southeast of Pará. For that, the adopted methodology was supported by theoretical references of conceptions as: Cultures and Nature, Diversity, Identifications, Diasporas and Cultural Hybridism. It is noticed throughout the history of the peoples and communities that lived in the mesoregion, that domination through practices of coercion of the body and nature were a reality adopted to fulfill the exogenous development proposals thought for the region. Thus, such abuse practices reflected in a response from the people in the struggle of social movements, which represent emancipatory pedagogical experiences, which contribute to the strengthening of the diversity of cultural traits existing in the territory.

Keywords: Amazon, Sociocultural dynamics, Liberating education, Cultural studies.

1 INTRODUÇÃO

O uso da natureza como fonte de recurso para o desenvolvimento constituiu-se historicamente na sociedade ocidental de forma naturalizada. Esse processo é percebido por Thomas (1989) quando a ideia de natureza serviçal dos homens se afirmou historicamente, em enredos, como os bíblicos, nos quais constam narrativas para o Jardim do Éden, o pecado original e o dilúvio. O primeiro dos enredos apresenta uma paisagem de paraíso tecida exclusivamente para o governo do homem, mas com o chamado pecado original, esse homem perdeu autoridade e o direito incontestável de domínio, renovado ou recuperado com o advento do dilúvio.

A reafirmação dessa lógica de dominação dos recursos – naturais – configura a supremacia de uma assimétrica de um eu sobre outros. Para esses outros “permitia-se” simplesmente a dominação, ao serem concebidos e narrativizados estrategicamente como seres sem perspectiva, e sem autoridade racional para domínio próprio. Neste rol de inferiores, incluíam-se os africanos, indígenas, irlandeses, mulheres, crianças, pobres, loucos etc. (THOMAS, 1989)

Enquanto isso, o eu dominador era postulado pela figura daquele dotado de alma: nutritiva, sensível e principalmente de uma racionalidade exclusiva. Por ter essa capacidade “ímpar” de racionalidade, lhe era concedido a potência da dominação para a natureza e para os outros homens em “déficit” a essa “racionalidade”. Como reitera Keith Thomas, “só ao homem combina, ao mesmo tempo, matéria e intelecto” (THOMAS, 1989, p. 39).

Desta propriedade afirmada para a dominação de um homem, emergem relações de antagonismos sociais: um eu (homem) instituído de autoridade e de dominação sobre outros destituídos, principalmente, de suas condições de humanidade. Homi Bhabha, em “Interrogando a Identidade”, retoma o filósofo da Martinica, de ascendência francesa e africana, Franz Fanon, ao pensar a cor da pele como metáfora psicanalítica exponencial sobre o racismo. Segundo Bhabha (2010), Fanon salienta que na via de apropriação do outro – o homem negro, (o outro) – passa a (re) inventar-se para manter-se combatível na relação de disputa social. O autor dispõe sobre questionamentos de identidade: o que quer então o homem negro? A essas relações de identidade, o eu e outro são afetados continuamente pelos embates e conseqüentemente pelas trocas de contatos estabelecidas, sejam elas quais forem.

Assim, a relação de identidade consolidada nas trocas contínuas estabelecidas nas relações entre eu e o outro, e, o meio em que estão inseridos, permeariam as dinâmicas socioculturais de diferentes sociedades, principalmente se nos detivéssemos aos processos colonizadores. Eagleton (2005) observa as diferentes versões de cultura, pensadas tanto no cenário material – na relação de cultivo – como no campo do simbólico, com relações de espiritualidades permeadas pelo conceito de divindade e transcendência ou mesmo pelas interfaces do material/simbólico. A noção de cultura fundada na interface do material com o simbólico constitui um dos enfoques de interesse da antropologia, cujos estudos, em geral, são informados pela etnografia (SAHLINS, 1997; TURNER, 1991; STOCKING, 2004; GEERTZ, 2008), visto que, a despeito dos tantos meios utilizados para a coleta de dados, o próprio pesquisador também se constitui em um instrumento de registro privilegiado (ALMEIDA, 2004).

Nos processos culturais, homem e mundo se “retroalimentam” e, por conseguinte, se transformam pelas permeabilidades dessas trocas. Análises mais contemporâneas destacam os limites dos postulados antropocêntricos, assentados na existência de uma oposição entre a sociedade e a natureza (VIVEIROS DE CASTRO, 1996; LATOUR, 2009; INGOLD, 2015; PITROU, 2015), como se não houvesse um liame cosmológico e ontológico entre a (s) humanidade (s) e seu (s) respectivo (s) mundo (s).

Tendo em vista estes debates teóricos, e para orientar as reflexões em curso, duas questões foram cruciais, quais sejam: como se constroem e são justificadas as lógicas de dominação dos Outros nos processos históricos impetrados pelo desenvolvimento hegemônico na mesorregião sudeste do Pará? De que maneira os processos de resistência são postos em prática, afirmando outras existências?

As dinâmicas socio-históricas e territoriais que encaminham práticas hegemônicas de uso e de significação da natureza, e da vida, no processo de formação da mesorregião sudeste do Pará constituem o objeto de estudo. O oposto também é verdadeiro, pois pretendemos analisar as formas de (re) existências que pulsam e dão origem a processos de construção de uma educação emancipatória, nesse mesmo cenário.

2 “DESENVOLVIMENTO”, MIGRAÇÕES E PRÁTICAS DE CULTURAS IMPOSITIVAS NA MESORREGIÃO SUDESTE DO PARÁ

Cultura, conceitualmente falando, deve ser tratada vinculada as relações de produção, reprodução (LUKÁCS, 1966) e de significação (GEERTZ, 2008) da existência humana. A cultura pode ser percebida ainda como “uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política através da libertação do eu ideal ou coletivo sepultado em cada um de nós, um eu que encontra a sua suprema representação no domínio universal do Estado (EAGLETON, 2005, p.18)”. Eagleton, resgatando Schiller (1967), quando ao discutir o processo de hegemonização como mecanismo ligado também à cultura – sendo este um conceito polissêmico– dispõe que esta é formada nas relações humanas, a partir de interesse de uma nova organização.

A partir da lógica de domínio universal do Estado, aportado nas ideias culturais, até que ponto o eu cultural é reinventado para atender às demandas do Estado?

Segundo Coll (2006), a cultura perpassa também à lógica que se presta a tentativas de homogeneização cultural. Essa investida na direção da homogeneização, recorrente nas práticas do colonialismo, desenvolvimentismo, e globalização, diverge-se na vontade de dominação contra necessidade de salvar os outros de sua incapacidade de domínio, o que o autor chama de suposta inferioridade.

A cultura, quando posta nestes termos coloniais, aparece como uma arma a serviço de processos de dominação. Ora, a partir desse pressuposto, resta, claro, a sua vinculação com a ideia de civilização. Ou seja, vemos como ela é apropriada de maneira unilateral a serviço de tentativas de imposição de um único modelo civilizatório. E isto é bem representativo daquelas tentativas de criar o consenso e o sentido sobre o consenso de que nos fala Bourdieu (2007), ao se referir às lutas pela classificação do mundo.

Tendo em vista essa lógica colonial, não raro vemos aparecer propostas de “desenvolvimento” que desconsideram as singularidades e os traços socioculturais locais. Tais propostas estão ancoradas, e significadas, pelos modelos que Becker (2001) denomina de

modelos de desenvolvimentos exógenos, os quais não levam em conta as vidas referenciadas localmente, mas são pensadas pela lógica do Estado, a partir de princípios e práticas externas. Outro modelo a que a autora faz referência é o endógeno, representado por uma diversidade de povos, consubstanciado nas suas experiências, lógicas de vida, formas de organização societária e na valorização das especificidades de cada comunidade, sociedade ou grupo local.

Velho (1981) observa o significado da relação de posse em toda proposta de desenvolvimento exógeno na Amazônia, consolidado em diferentes frentes de expansão. Na região sudeste do estado do Pará, as frentes de expansão estão associadas ao que se convencionou chamar de “ciclos econômicos”¹, que frequentemente concebiam – e ainda concebem – a natureza como um recurso econômico². Na finalização de cada ciclo, restava a flagrante percepção de que a região não se “desenvolvia”, como sugeria o conteúdo dos discursos (HALL, 1991). Mas o oposto acontecia: havia alterações de ordens sociais, econômicas, ecológicas e culturais importantes para a continuidade da vida das comunidades e povos dessa região. Vale ressaltar que são incontroláveis as causas que predispõe para início e fim de cada frente de expansão, sendo motivados por: “esgotamento de reservas minerais do solo, e oscilações de preço no mercado internacional em virtude da ocorrência de outros produtores ou do aparecimento de bens substitutivo” (VELHO, 1981, p. 11).

Ao considerar uma lógica de dominação pautada na relação entre o eu e o outro, por séculos a região Amazônica foi vista como esse território onde habita o “Outro” para o qual é imposto, a contragosto, o direito e o dever de ser dominado.

Segundo Martins (1996 p. 30), as fronteiras agrícolas na perspectiva de alguns antropólogos: “é essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que exploram índios ou camponeses”. Desta forma, o conflito institui-se no território pelo avanço de sociedades sobre

¹ A categoria “ciclo econômico” é amplamente utilizada para se referir a períodos onde a economia orbitava no entorno da extração do caucho, da castanha-do-Pará, da pecuária, da mineração, dentre outros. Um dos limites interpretativos apresentados por ela é o de que esconde a diversidade de outras economias (não hegemônicas) que existiam – e continuam a existir – no interior de cada um desses “ciclos”. Os produtos em evidência no seu interior ganham essa visibilidade porque são produtos demandados pelo mercado nacional e internacional. Velho (1981) é quem lança luz sobre essa discussão, nos permitindo ver que nos períodos áureos do caucho e da exploração da castanha-do-Pará (dentre outros), existiam práticas de agriculturas que abasteciam, inclusive, os mercados da cidade de Marabá. Outra crítica relevante é a de que a ideia de “ciclo” traz um sentido de finitude, pois nos faz pensar, por exemplo, que ninguém mais comercializa castanha-do-Pará, e que esse e outros produtos deixaram de existir, em absoluto. Só que eles existem, mas não na escala exigida pelo mercado nacional ou internacional. A castanha-do-Pará, a título exemplificativo, atende a demandas comerciais de muitas comunidades tradicionais, e de povos indígenas, que estão situados em locais em que a floresta ainda mantém a sua produção.

²A destacada concepção de natureza como recurso econômico, portanto, algo separado do ser humano, tem apresentado sérios limites epistemológicos. Uma das críticas fundamentais pode ser vista em DESCOLÁ, P. Além de natureza e cultura. Trad. Bruno Ribeiro. Tessituras, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 7-33, jan./jun. 2015.

áreas que antes eram formadas por sociedades indígenas e também camponesas. Um campo em disputa entre a lógica de dominação do grupo do lado de cá e do sentimento de (re) existência dos grupos do lado de lá (MARTINS, 2009).

Ao aproximar esta análise para mesorregião sudeste do Pará, nota-se que a consolidação de políticas públicas apresenta poucas expressividades. Esta passa a se consolidar como movimento reativo às frentes de expansão e consolidação de concentração de terras na forma de latifúndios. Esse contexto é fundamental para pensar e analisar os fluxos migratórios na mesorregião, pois uma grande parte de migrantes se sentiu atraída pelas propostas de desenvolvimento exógenas à região. O indivíduo, como ser social, carrega consigo referências inescapáveis. Assim, “As pessoas que emigram levam consigo sua própria cultura, hábitos, costumes, religião, crenças e estados de saúde, sendo alguns destes geneticamente preestabelecidas” (PERDOMO, 2006 p.112).

Desta forma, retoma-se as análises de Velho (1981), de forma sucinta, para demonstrar as principais relações instituídas nas frentes de expansão da mesorregião sudeste do Pará. Destacam-se fases pautadas no uso da natureza como fonte de recurso: de exploração da borracha, da castanha, agropecuária e a mineração de ouro e diamante.

O século XX marca o início da exploração intensiva na mesorregião, iniciado com a exploração da borracha e extração do látex através das supressões vegetais. Esse tempo histórico converge com a crise que atinge o sistema de plantations no nordeste brasileiro e impulsiona frentes de migração principalmente da região sul do Maranhão, mas também dos estados da Bahia, Ceará, Piauí e Norte de Goiás.

Nesse momento, o sistema de aviamento com comerciantes e proprietários dos sistemas de produção dinamizava a organização do trabalho. O extrativismo é percebido em três fases: (i) estabelecimento, com a exploração da seringueira (*Hevea brasiliensis*); (ii) marcada pela mineração e agropecuária, esta última impulsionada também pela frente de migração de goianos, tendo concomitância com a exploração da Castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*); (iii) nesta há a presença das atividades mais latente da exploração da castanha e a pecuária, mantendo uma dinâmica de extrativismo da Castanha no inverno e também garimpagem no verão.

As literaturas referentes a esse espaço geográfico e social demonstram que a presença de grupos não indígenas, por aqui³, data de fins do século XIX e início do século XX (DA MATA; LARAIA, 1978; VELHO, 1981). A fixação mais intensa se daria em momentos ulteriores a este. Sobre este ponto específico, os antropólogos Roberto da Matta e Roque de Barros Laraia ressaltam que:

Além da catequese, das bandeiras, da busca do ouro e da caça aos índios, e da expansão pastoril, devemos citar as expedições geográficas que, a partir do século XVIII, procuraram estabelecer as ligações fluviais entre o norte e o sul do país, sendo ora determinadas pelo governo de Goiás, ora pelo do Pará. Dentro deste programa, para facilitar a navegação, foram fundados vários povoados e fortes, entre eles o de Alcobaça, núcleo central da área que estudamos (MATTA; LARAIA, 1978, p. 62).

O advento do século XX significou o passo decisivo para a fixação de sociedades não indígenas, visto que o caucho e as castanhas determinaram o povoamento do Tocantins, especialmente na sua margem esquerda (Ibid., 1978). Além disso, paulistas e mineiros também foram atraídos pelos garimpos no Tocantins e no Araguaia. Eles vieram à procura de diamantes e de cristais de rocha. Graças a isso, formaram pequenos núcleos populacionais, “fixando na área um contingente humano que veio completar os efeitos da expansão pastoril” (p. 62).

A descoberta de produtos como o caucho (ainda no século XIX), a castanha do Pará (explorada mais intensamente no século XX) e o posterior desenvolvimento da agricultura e da pecuária, bem como da mineração, criou condições para a fixação das pessoas que habitavam essa região apenas em caráter sazonal (VELHO, 1981). Em meio ao movimento de migração para o trabalho nos castanhais, nos garimpos de cristais e diamantes, na pecuária, na mineração e etc., houve aqueles que fixaram morada permanente. De modo que a região se constituiu em lugar proeminente no que diz respeito à presença de um campesinato ribeirinho.

A partir de 1983, passa a haver os primeiros registros de aberturas de áreas para consolidação de pastagem, acreditando no potencial de aproveitamento de áreas esse período foi marcado pelo consórcio de criação bovina e extrativismo da Castanha. Neste mesmo período observaremos que a agropecuária é fortalecida com o surgimento das primeiras linhas de financiamento buscando atender o processo de colonização da região (VELHO, 1981).

³Essa região do Médio Tocantins, em que se localizam os municípios de Marabá, Itupiranga, Jacundá, Tucuruí, São Domingos do Pará, São João do Araguaia é reconhecida como tendo sido a maior produtora de castanha-do-Pará, na região Amazônica (VELHO, 1981).

3 DAS ESTRATÉGIAS DE DOMINAÇÃO

Dos movimentos das fronteiras na mesorregião sudeste do Pará, a perspectiva de territorialização do Estado soberano é pulsante. De certo modo, a partir de seu contexto sócio-temporal-cultural próprio ditado também por violentas políticas Estatais, Achille Mbembe pensa as fronteiras, como “como uma ordem global recentemente imposta” (MBEMBE, 2016 p.133).

Ao recuperar, historicamente, a trajetória dos povos da Amazônia, como os camponeses, indígenas e ribeirinhos, o pesquisador Hébette (2004), em texto intitulado “A Reconstrução do Espaço Perdido no Entorno da Barragem de Tucuruí”, cita que em 1988, durante um Simpósio, em Amsterdam, sobre os chamados Grandes Projetos na Amazônia, seus colegas José de Souza Martins e Sônia Magalhães, “insistiam sobre a ‘negação’ dessas populações por parte do Estado e das empresas protagonistas desses projetos: uma preconceção da Amazônia, enquanto vazio social e histórico” (HÉBETTE, 2004, p. 73). Prossegue o autor transcrevendo as palavras de Martins⁴, que afirmam que não se trata de “introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que têm de vital para a sobrevivência... É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade (HÉBETTE, 2004, p. 73).

A reflexão de Hébette nos insere num debate atual sobre a existência de uma política da morte, já anunciada por Foucault (1999) em sua teoria da biopolítica e desenvolvida por Achille Mbembe (2016), no que ele chamou de necropolítica.

Na Biopolítica, Foucault (1999) revela acerca do poder do soberano exercer o direito sobre a vida e a morte dos súditos, e que em todo caso:

a vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, que se localizariam fora do campo do poder político. Quando se vai um pouco mais além e, se vocês quiserem, até o paradoxo, isto quer dizer no fundo que, em relação ao poder, o súdito não é, de pleno direito, nem vivo nem morto. Ele é, do ponto de vista da vida e da morte, neutro, e é simplesmente por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem o direito, eventualmente, de estar morto. Em todo caso, a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana (FOUCAULT, 1999, p. 286).

A preservação da espécie humana depende da efetivação de direitos inalienáveis e atemporais como a vida e a liberdade e, conseqüentemente, de toda a instrumentalização

⁴ MARTINS, J. de S. **Prefácio:** a chegada do estranho. Notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas na Amazônia. In: HÉBETTE, J. (Org.). O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro: Vozes/FASE; Belém: UFPA, NAEA, 1991. p. 15-33.

necessária ao pleno exercício desses direitos e, dentre eles, o direito à propriedade, intrinsecamente ligado à sua função social, destaca-se como condição indispensável à qualidade de vida dos agricultores, sendo até mesmo, uma questão de sobrevivência. Ao se ignorar as necessidades dos agricultores familiares, promulgando a política da reforma agrária sem adotar propostas que os atenda, o Estado acaba por praticar a política da morte, porém, não mais se tratando de relações individualizadas, como fazia o soberano, mas de uma ação que afeta a coletividade:

a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se faz consoante o modo de individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante (FOUCAULT, 1999, p. 289).

Foucault (2007) afirma que o corpo dos indivíduos e as populações surgem como símbolos portadores de variáveis distintas, em que não mais se consideram raros ou numerosos, ricos ou pobres, vigorosos ou fracos e sim mais ou menos utilizáveis, suscetíveis de investimentos rentáveis, com maior ou menor chance de sobrevivência. É uma espécie de “gerenciamento político da vida que se instaura, é a biopolítica” (MARTINS; NALLI, 2010, p. 1192).

A partir das reflexões de Foucault (1999) sobre biopoder, Mbembe (2016) pensa o Estado soberano também controlando vidas. Práticas de disciplina para o corpo emergem nos campos de mortes. Essa soberania concede, assim, o direito de matar. A distinção entre grupos permite definir quem deve viver e quem deve morrer. Sendo distinção de direito à vida afirmada em preposições de racionalidade, justificando práticas de coerção: necropolíticas.

As práticas de coerção possibilitam a cisão da cidadania. Segundo Tavares dos Santos (2013), pensando contextos mais próximos de nossa pesquisa, a cidadania dilacera-se pelo viés de naturalização das táticas arranjadas em cinco dimensões: relação de estranhamento, costumeira, política, programada e simbólica. O trabalho escravo foi basilar para a violência que se reproduziu no período de colonização, mas também no espaço agrário atual, onde o sujeito têm a sua cidadania concreta⁵ dilacerada pela naturalização dos processos de violação, sendo, no espaço agrário, a violência fundamentada no suplício permanente do corpo.

⁵ Tavares de Souza aborda cidadania concreta no sentido das lutas dos povos camponeses, para reproduzirem em um espaço que os condicionem de acordo com suas especificidades.

As práticas dessa violência política evidenciam as formas de domínio físico sobre o corpo, através de brutalidades, a ponto de causar a sua mortificação. Nesse bojo de cisões da cidadania, o Estado, através de violências programadas, adota propostas ideológicas que não atendem a dinâmicas específicas das comunidades locais, com a eminência da violência simbólica naturalizada por discursos de incentivos às práticas de coerção (TAVARES DOS SANTOS, 2013).

Das dimensões de violência, nota-se o delineamento político de desenvolvimento fundamentado pelas: dominação da natureza, naturalização dos discursos⁶ até formas de implantação de políticas públicas, consumando-se em práticas de domínio do corpo em áreas de conflitos agrários, o que segundo Tavares dos Santos (2013) apresentam representatividade no norte do Brasil, com destaque para o estado do Pará, em áreas de conflitos agrários testemunhando a pistolagem, tal como reporta Pereira (2015), ao analisá-la no período de 1980 a 1995, na mesorregião sudeste do Pará.

A mesorregião sudeste do Pará apresenta 514 assentamentos rurais, que segundo a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (SR) 27, a região consta 99.256 famílias assentadas em uma área de 4.610.711 ha (INCRA,2019a; INCRA,2019b). A expressividade dos números serve para evidenciar que ao passo que as áreas de assentamentos foram estabelecidas, os conflitos agrários permearam todo o contexto histórico de luta pela terra.

Para pensar o conflito de terra presente em todo o processo da reforma agrária na região, é necessário não se ater apenas à figura do mandante, do intermediário, do executor e da vítima, mas cabe observar agentes do aparelho do Estado dando suporte para ações de coerções como também negligenciando suas atividades, para que ações de domínio pela dor corporal – mortes, estupros, torturas – sejam legitimadas na dominação do Eu e do Outro na região sudeste do Pará, recorrendo a violências físicas e simbólicas, sendo estas expressivamente sentidas nas ações dominação do corpo e da natureza (PEREIRA,2015).

Deste modo, essas violências são apresentadas pela apropriação do corpo e pela naturalização de discursos referendando o uso predatório da natureza por atos afirmados nas ações do Estado. O processo de luta pela terra foi muito patente no contexto e os números da reforma agrária tão expressivos, servem para nos demonstrar que essa reforma agrária não

⁶Para uma abordagem sobre os discursos que circularam – e circulam – sobre a Amazônia, sua gente e a natureza, ver: DUTRA, M. S. A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta... Belém: NAEA, 2003.

partiu unilateralmente de políticas públicas forjadas pelo Estado soberano, mas por um processo de lutas e de conquista de uma diversidade de atores sociais (MICHELOTTI, 2010) que acreditam na reforma agrária como proposta de reprodução social⁷.

4 DE QUEM NAVEGA CONTRA-CORRENTE

É pertinente, para a reflexão em curso, o pensamento sobre dominação e emancipação de Boaventura de Souza Santos, em “Epistemologias do Sul”. Segundo Santos (2010), o colonialismo apresenta-se com o que o autor chama de grau zero, como marco fundamental para construção de concepções acerca da separação da sociedade civil e da natureza. A sociedade civil, ao se constituir, remonta “estranheza” e ojeriza estratégica às práticas, por diferentes vieses, de comunidades que se reproduzem na natureza, tendo assim a negação de sua existência. Dessa zona de cisão a tensão entre regulação e emancipação, o autor considera que atualmente a negação do Outro, que está localizado no outro lado da linha, participa ativamente para proposições e reconfiguração de práticas e princípios hegemônicos.

De todo modo, o pensamento tido por Santos (2010) como pós-abissal arranja-se no bojo das propostas emancipatórias, com a valorização da diversidade de saberes dos povos colonizados, de acordo com suas heterogeneidades/especificidades:

É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento. (SANTOS, 2010. p. 44-45).

O interconhecimento, no sentido de valorização das especificidades culturais, permeia a noção de identidade em política que Mignolo (2008) coloca como distinta da política em identidade, pois se distingue pelo fato de propor distanciar do quadro de desenvolvimento eurocêntrico imposto, permitindo expressar as subjetividades suprimidas no processo de colonização, para que tensões das linhas abram propostas de desenvolvimento que sejam interculturais, ou melhor, projetos que partam das tensões nascidas dos processos de encontros e desencontros de alteridades.

Contestar as lógicas de desenvolvimento externas – colonialistas – como forma de requerer os traços de suas particularidades envolvidas em princípios e propostas de desenvolvimento caracteriza o que Mignolo (2008) chama de desobediência epistêmica.

⁷ Baseada em Almeida (2016) reprodução social no texto está relacionado a pluriatividade presente nos assentamentos do sudeste do Pará e como estas atividades se dinamizam na lógica de produção dos estabelecimentos familiares agrícolas

Contesta-se, assim, epistemicamente⁸ as práticas vistas de fora como necessárias às comunidades locais, que não suprem a sua demanda de desenvolvimento endógeno. Desta forma, pensar o desenvolvimento endógeno que atenda a reprodução social da diversidade de camponeses se apresentaria como desobediência epistêmica.

A mesorregião sudeste do Pará, circunscrita aos processos históricos de luta pela reforma agrária, vem testemunhando práticas advindas de movimentos sociais concebendo o território, em certo sentido, como o palco para o exercício da desobediência epistêmica, ao reafirmar sentidos dessa luta para território, desenvolvimento e sustentabilidade.

Dentre essas práticas destacam-se práticas agroecológicas como a formação de quintais agroflorestais, que possibilitam alternativa de manejo para os estabelecimentos familiares, pois contribuem para a segurança alimentar, logo que são formados a partir das particularidades de cada estabelecimento familiar agrícola em diferentes funções de uso (medicinais, madeireira e frutífera) (MANESCHY et al., 2011).

Essas práticas desobedientes coadunam, dentre outras articulações, com os princípios da educação libertadora desenhada por Paulo Freire: “é práxis, que implica ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 2008 p. 93)”. Da perspectiva libertadora e revolucionária, é perceptível que o processo de desobediência epistêmica dos que foram marginalizados ou saíram da esteira na implantação de propostas tecnológicas de desenvolvimento – o Outro - se consolidará quando o Outro que fora dominado passa a questionar essas práticas de dominação, através principalmente da coerção, tornando desse questionamento uma prática que contribui para sua (re) existência no território.

4.1 PEDAGOGIAS DA DESOBEDIÊNCIA

A educação do campo⁹, pela brevidade desse escrito, podemos dizer que nasce de uma conjuntura política demarcada pelo conjunto de forças democráticas, que a partir dos movimentos sociais propuseram a consolidação de uma base educacional que se dinamize nas especificidades dos povos de um campo cultural múltiplo. No Brasil, a Educação do Campo nasceu de experiências históricas da luta pela terra e seus testemunhos de práticas violentas

⁸ Dada a diversidade de sentidos atribuídos ao termo, nesse escrito receberá o tratamento semântico de saber/ciência plural e não exclusivos.

⁹ A Educação do Campo que se baseia no texto parte da discussão de Maria do Socorro Silva, que discorre sobre a trajetória histórica de consolidação de uma educação voltada para o campo e observa esta a partir: “a uma multiplicidade de experiências educativas desenvolvidas por diferentes instituições, que colocaram como referência para suas propostas pedagógicas uma nova concepção de campo, de educação e do papel da escola (SILVA, 2006 p. 61).

advindos do Estado brasileiro. Sem dúvida, projeto pedagógico e, acima de tudo, de vida, sedimentado pela Constituição Federal de 1988 (SILVA, 2006).

A referida constituição traz em sua base cinco fundamentos que permeiam a legislação nas esferas estaduais, municipais e no Distrito Federal:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político (BRASIL, 1988 p. 9).

Enquanto os direitos assegurados pelos fundamentos da constituição não são firmados pelo Estado, pelo contrário, são inviabilizados pelas práticas de dominação do Outro, sustentada através de violência e coerção na apropriação do corpo e da natureza, emergem dos “espoliados” de direitos, práticas educacionais acompanhando os movimentos de luta pela terra, sejam nos acampamentos, assentamentos e comunidade indígenas.

Em, “Da raiz à Flor”, Maria do Socorro Silva¹⁰, ao fazer uma espécie de arqueologia histórica da Educação do Campo, divide o tempo de consolidação da Educação do Campo através da luta dos movimentos sociais em quatro momentos: liberdade, perseverança, autonomia e direitos e persistência. No primeiro tempo, nascem os movimentos a partir da organização dos movimentos estudantis, eclesiais de base e do campesinato. Essa movimentação foi contingenciada pelo regime militar e as consolidações dos seus atos institucionais na tentativa de silenciar toda a proposta de resistência. No entanto, mantiveram-se (re) existência no processo de construção social que pautavam, sendo que nos pós período de governo militar – chamado pela autora de tempo de liberdade – antigos e novos movimentos sociais atentaram-se para a estruturação de uma base educacional que atendesse às suas especificidades (SILVA, 2006).

A Educação Escolar Indígena também traz em sua raiz histórica o desprezo do Estado para as práticas pedagógicas milenares dos povos extra modernos. Quando “sensível” a esses

¹⁰ Atualmente a professora Maria do Socorro Silva está associada a Universidade de Campina Grande, tendo graduação em Psicologia e Pedagogia pela Universidade da Paraíba e Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Pernambuco. Tendo contribuído na construção da Licenciatura em Educação do Campo através do Procampo/MEC/SECADI, na consolidação do Programa Saberes da Terra -MEC e contribuindo na acessórias as organizações do campo e movimentos sociais.

povos, as experiências pedagógicas se detiveram à imposição de experiências ocidentais aos universos ameríndios. Há de se questionar se os órgãos pensados pelo Estado, desde a proteção militarizada pelo Serviço de Proteção Indígena –SPI, a posterior formalização da Fundação Nacional do Índio – FUNAI organizaram suas ações para atender realmente a necessidade dos povos indígenas brasileiros (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2012) e/ou foram coniventes ao genocídio histórico do contato.

Pensar uma educação “nos campos” para “dos campos” requer a compreensão de uma escola que contribua ao debate do desenvolvimento local, para que esta escola tenha a sua base de educação conectada com os problemas sociais, sendo por isso expressão da luta dos movimentos sociais. Assim, quem seriam esses sujeitos do campo? “São aquelas pessoas que sentem na própria pele os efeitos da realidade perversa, mas não se conformam com o que ela faz (FERNANDES, 2011 p. 152). Desta forma, a educação é construída no diálogo da diversidade de atores sociais, onde as diferenças não apagam as singularidades das identidades (FERNANDES, 2011; CALDART,2011).

Nesta perspectiva, o Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Rural de Marabá (CRMB), localizado no Projeto de Assentamento 26 de Março, que foi fruto da luta dos movimentos sociais – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – para o estabelecimento da agricultura familiar na Antiga Fazenda Cabaceiras surge com a proposta de atender a demandar do campo, mas com a formação de sujeitos passam a problematizar a realidade que vivem (IFPA,2016).

A pedagogia da Alternância ajusta-se a necessidade de ensino da região, pelo fato de possibilitar que o diálogo construído em sala de aula seja problematizado pelos educandos em suas realidades, passando assim a formar profissionais que compreendam a dinâmica em que estão inseridos – costumes, saberes, valores e práticas produtivas – e possam atuar de forma que atenda as singularidades da sua comunidade, dividindo o aprendizado que se torna contínuo em tempo escola e tempo comunidade (SILVA,2006).

Atualmente, o IFPA – CRMB – consta com formação do nível médio técnico da área das ciências agrárias e superior, com cursos de Educação do Campo e Tecnólogo em Agroecologia, assim como cursos de especialização. A proposta é que a pesquisa-ensino e extensão do instituto não se firme na deposição de conhecimentos, mas que os estudantes e professores construam o conhecimento a partir da dinâmica sociocultural do sudeste do Pará (IFPA, 2016). Pois, como observa Barros e Barbosa (2019) a educação do campo no sudeste

do Pará surge a partir da necessidade de reconhecimento e valorização das especificidades do campo.

Na proposta de ressignificação observada a partir dos movimentos sociais, a agroecologia ajusta-se às suas práticas pedagógicas pelo fato de que seu objetivo final é responder positivamente quanto a sustentabilidade econômica e ecológica dos agroecossistemas e de que os sistemas de manejo destes agroecossistemas sejam baseados no uso de recursos locais (inputs) e que suas ações operacionais sejam adequadas às condições socioeconômicas e ambientais (ALTIERE,2012).

Desta forma, a agroecologia é parte da construção de um conhecimento contra-hegemônico, cujo sentido destoa da lógica de desenvolvimento externa proposta para a região. Ao fazê-lo, considera os traços culturais dos povos e comunidades e, assim, adota propostas tecnológicas de produção mais ajustadas as especificidades das dinâmicas socioculturais onde se insere.

Segundo Altiere (2012), temos cinco razões para revitalizar a agricultura em estabelecimentos familiares agrícolas:

- a. Pequenas propriedades rurais são a chave para a segurança alimentar mundial;
- b. Pequenas propriedades rurais são mais produtivas e conservam mais recursos naturais que as monoculturas
- c. Pequenas propriedades diversificadas representam modelos de sustentabilidade
- d. Pequenas propriedades rurais representam um santuário de agrobiodiversidade livre de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)
- e. Pequenas propriedades rurais resfriam o clima (ALTIERE,2012. p. 363).

Nos universos indígenas, a Educação Escolar Indígena vem sendo orientada pelas singularidades socioculturais dos povos, no que tange às informações concernentes às suas histórias, línguas e aspectos culturais construídos do ponto de vista das ciências ocidentais associados às narrativas indígenas para seus próprios contatos. Trata-se de uma resposta, de contornos complexos, a uma lógica assimilacionista e integracionista que permeou fortemente política indigenista brasileira. Projeto em curso, multidimensional pelas especificidades imposta, impondo principalmente o envolvimento de instituições de ensino superior para a qualificação de professores da educação básica.

Não é diferente com a educação escolar indígena, considerada em relação às demais modalidades de ensino por suas similitudes, mas, sobretudo, por suas especificidades. Ela só faz sentido se puder ser concretizada através de investimentos maciços na formação de recursos humanos (BRASIL, 1998, p.74).

Pensando a partir das cinco razões disposta por Altieri (2012), a agricultura camponesa – que é feita por uma diversidade de atores, comunidades e povos – é fundamental para a consolidação de sistemas produtivos que (re) conectam os dois polos que o pensamento moderno separou: a (s) humanidade (s) e a (s) natureza (s). Desse modo, as práticas representadas por esses sistemas de produção evidenciam como a sociedade camponesa constrói e põem em curso os seus projetos de apropriação e significação do mundo material (ACSELRAD, 2004), e constroem as relações com o seu território, ao mesmo tempo em que essa forma societária revela a faceta de quem navega contra a corrente do desenvolvimento exógeno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão feita nas páginas anteriores tematizou os processos históricos de dominação e (re) existência na região sudeste do estado do Pará. O escopo da discussão foi a construção das relações sociais entre os indivíduos e grupos que conformaram – e conformam – esse território. Nesse ínterim tratamos, também, da relação destes indivíduos e grupos sociais com o seu meio biofísico/natureza. O esforço, portanto, foi o de compreender e analisar as dinâmicas socioculturais que encaminham as práticas de uso e de significação da natureza, e da vida, no processo de formação dessa região.

Em decorrência desses pressupostos iniciais, olhamos para a história de ocupação da referida mesorregião, a partir da ideia de “ciclos econômicos” e dos processos de desenvolvimento exógenos, já amplamente discutidos em várias literaturas. Destacou-se, dentre outras coisas, que o desenvolvimento, nos moldes apresentados, opera sustentado por determinados discursos – “integrar para não entregar”, “Amazônia como um vazio demográfico”, “terra sem homens, para homens sem terras” “atraso dos povos que aqui vivem” (DUTRA, 2003) –, cuja intenção é tão somente a de impor um único modelo civilizatório.

Por isso, o conflito se instala. Afinal, o que está em tensão não são apenas indivíduos e suas idiossincrasias, mas suas formas sociais de organização e significação do território, de seus recursos e da vida. De maneira suplementar, cabe dizer que a compreensão desses processos sociais passa pela discussão sobre a cultura, conforme sugerimos no corpo do texto. Dentre outras coisas, a cultura é um recurso heurístico de grande valor, na medida em que instrumentaliza a compreensão de como os seres humanos organizam simbolicamente as suas vidas. O que corresponde a dizer que as várias maneiras de habitar o (s) mundo (s), a existência de diversas práticas humanas, bem como as diferentes formas de reprodução social e de relação

com a natureza, são construções que fazem sentido para aqueles que as vivenciam. De modo que descartar a cultura em estudos dessa natureza seria um verdadeiro suicídio epistemológico (SAHLINS, 1997).

As diversas lentes interpretativas de que lançamos mão permitem dizer que as diversas lógicas de dominação dos Outros, com uso de práticas de abuso do corpo e domínio de discursos que naturalizam e racionalizam a dominação simbólica do homem e da natureza são patentes em propostas de desenvolvimento exógenos que não atendem as características das comunidades locais, as quais são pretendidas como colonizadas. A mesorregião sudeste do Pará não apresenta nenhuma distinção com relação a esse quadro. Por outro lado, podemos ver que os movimentos sociais de luta pela terra, nessa região, impõem uma certa vontade de construção de um mundo diverso, com o respeito as diferentes de maneiras de existência. Um dos motes centrais de suas lutas é a reforma agrária, que não se encerra apenas na distribuição de terra, mas na busca por várias outras coisas, dentre elas, a demanda por uma educação emancipatória, através da Educação do Campo.

Os movimentos sociais na região tiveram força significativa ao consolidarem em uma área de assentamento a solidificação de uma instituição federal de ensino que se firme em uma educação emancipatória, permitindo aos envolvidos – educandos e educadores – problematizarem a realidade no território em que estão inseridos, que foi historicamente marcado por política de dominação externa, com sobreposição das forças e interesses do Estado sobre a proposta de desenvolvimento regional, dilacerando vidas e modificando povos e comunidades.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: (Org.) ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004.

ALMEIDA, M. B. A etnografia em tempos de guerra: contextos temporais e nacionais do objeto da antropologia. In: PEIXOTO, F, A; PONTES, H; SCHWARCZ, L. M. (Org.) **Antropologia, histórias, experiências**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004, p. 61-81.

ALTIERE, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Editora Expressão Popular. Rio de Janeiro-RJ. 2012. 400p.

BARROS, M.F.M.; BARBOSA, M.J. de S. A educação do campo na trajetória do campesinato no Sudeste Paraense. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 12, p. 28605-28621. Disponível em: <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5136/4689> Acesso em: 05 maio de 2020. DOI:10.34117/bjdv5n12-039.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Revista Parcerias Estratégicas**. n.12 – Set, 2001. Disponível em: < http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/178> Acesso em 21 abr. 2020.

BOURDIEU, P. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O poder simbólico**. 11ª Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. - Brasília: Senado Federal, Coordenação de Equipes Técnicas, 2017. 123 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC, 1998.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. IN: ARROYO, M. G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M. C. (Org). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, p. 147-160.

COLL, A. N. **Proposta para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização**. 2ª Ed. São Paulo: Instituto Polis, 2006.

DA MATTA, R.; LARAIA, R. B. **Índios e castanheiros: A empresa extrativa e os índios no médio Tocantins**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DESCOLA, P. Além de natureza e cultura. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 7-33, jan./jun. 2015.

DUTRA, M. S. **A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...** Belém: NAEA, 2003.

EAGLETON, T. Versões de Cultura. In: EAGLETON, T. **A ideia de Cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005 (p. 09-50).

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. IN: ARROYO, M. G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M. C. (Org). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, p. 133-146.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 253p.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. 1. Ed. 13 reimpressão. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, A. **Amazônia**: Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Editor Jorge Zahar, 1991.

HEBÉTTE, J. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol. III. Belém: UFPA, 2004.

INGOLD, T. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis, Vozes, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ- IFPA. **Projeto Político Pedagógico**. 2016. 118 f.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Área Incorporada ao Programa de Reforma Agrária – histórico**. 2019.a Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/16434>> Acesso em : 06 de maio de 2019.

_____ **Famílias Assentadas - histórico**. 2019.b. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/16436>> Acesso em: 06 de maio de 2019.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 2 ed. Rio de Janeiro: 34, 2009

LUKÁCS, G. **Estética**: La peculiaridad de lo estético. Cuestiones preliminares y de principio. Barcelona: Grijalbo, 1966.

MANESCHY, R.Q.; PEREIRA, C. N.; MIRANDA, R. da S.; NUNES, J.S.; OLIVEIRA, I,K, de S.; AGUIAR, T.M.C.; MORORÓ,D.L.; OLIVEIRA,P.D.; ARAÚJO,C. de S. Quintais agroflorestais como estratégia alimentar familiar em assentamentos rurais no sudeste do Pará In: HENTZ,A.M.; MANESCHY,R.Q. (Org) **Práticas agroecológicas**: Soluções sustentáveis para a agricultura familiar na região sudeste do Pará. Jundiaí: Paco Editorial, 2011, p. 307-327.

MARTINS, L. S.; NALLI, M. A. G. A Morte como Factor Biopolítico em Michel Foucault. In: KRITSCH, Raquel; DONAT, Mirian. (Orgs.). **Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**. SEPECH / Londrina: Eduel, 2010.

MARTINS, J. de S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto. 2009. 189p.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social. Revista de Sociologia, USP. São Paulo. v. 8, n. 1. 1996. Disponível em: <file:///C:/Users/NATY/Downloads/86141-Texto%20do%20artigo-121370-1-10-20141023.pdf> Acesso em 21 abr. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Revista Arte & Ensaios N° 32. Rio de Janeiro, 2016.

MICHELOTTI, F. **Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará**. Antropolítica (UFF), v. 26, p. 245-268, 2010.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica**: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF–Dossiê: Literatura, língua e identidade, v. 34, p. 287-324, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Antonio de; NASCIMENTO, Rita Gomes do. **Roteiro para uma história da educação escolar indígena**: notas sobre a relação entre política indigenista e educacional. Educ. Soc., Campinas , v. 33, n. 120, p. 765-781, set. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 19 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000300007>.

PERDOMO, R. P. Os efeitos da migração. **Ethos Gubernamental**, p. 111-124, 2006. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1555-8746/2007/vn4/a111-123-2.pdf> Acesso em: 11 mai. 2020.

PEREIRA, A. dos R. A Prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e sudeste do Pará (1980-1995). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan.-jun., 2015. Disponível: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/335/pdf>. Acesso em 13 maio de 2020.

PITROU, P. Uma antropologia além de natureza e cultura? **MANA 21(1)**: 181-194, 2015 – DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p181>

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Epistemologias do sul. In: **Epistemologias do Sul**. Cortez, 2010. (p. 23-72) .

SAHLINS, M. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I e II). **MANA 3(1)**: 41 - 73, 1997.

SCHILLER, F. **On the Aesthetic Education of Man, In a Series of Letters**, Oxford, 1967, p. 17. Trad. de Teresa Rodrigues Cadete, Sobre a Educação Estética do Ser Humano numa Série de Cartas e Outros Textos, Lisboa, IN-CM, 1994.

SILVA, M. do S. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 60-93.

STOCKING, G.W. **A formação da antropologia americana: 1883-1911**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da UFRJ, 2004.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. A cidadania dilacerada. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 37, junho de 1993. Disponível: TAVARES DOS SANTOS, J. V. A cidadania dilacerada. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 37, junho de 1993. Disponível: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/37/Jose%20Vicente%20Tavares%20dos%20Santos%20-%20A%20Cidadania%20Dilacerada.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TURNER, T. Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. **Cadernos de Campo**. Nº 1 – 1991.

VELHO, O. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. [2. ed]. Rio de Janeiro: ZAHAR. 1981. 178p.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, vol. 2, num. 2, 1996, pp. 115-144.